

# **Associação Onçafari**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da  
Associação Onçafari

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Onçafari (“Entidade” ou “Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Onçafari em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram anteriormente auditadas por nós nem por outros auditores independentes.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de julho de 2024

*Deloitte Touche Tohmatsu*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ricardo Ramos da Silva

Contador

CRC nº 1 SP 196573/O-0

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.388	6.100	Fornecedores	9	184	144
Aplicações financeiras	5	30.560	48.224	Obrigações trabalhistas	10	242	154
Outros créditos	7	<u>222</u>	<u>412</u>	Empréstimos e financiamentos	11	96	115
Total do ativo circulante		<u>38.170</u>	<u>54.736</u>	Impostos e contribuições		<u>18</u>	<u>5</u>
				Total do passivo circulante		<u>540</u>	<u>418</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos a recuperar	6	915	106	Empréstimos e financiamentos	11	-	96
Imobilizado	8	<u>47.786</u>	<u>26.235</u>	Provisão para riscos	12	<u>1.805</u>	<u>928</u>
Total do ativo não circulante		<u>48.701</u>	<u>26.341</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.805</u>	<u>1.024</u>
				<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>			
				Superávit acumulado	13	<u>84.526</u>	<u>79.635</u>
				Total do patrimônio social		<u>84.526</u>	<u>79.635</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>86.871</b></u>	<u><b>81.077</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<u><b>86.871</b></u>	<u><b>81.077</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	2023	2022 (não auditada)
Receitas operacionais	14	10.895	11.852
Receita de trabalho voluntario	15	2.297	1.540
Custos com produtos e serviços	16	(65)	(47)
		<u>13.127</u>	<u>13.345</u>
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com projetos e pessoal	16	(4.759)	(3.002)
Gerais e administrativas	16	(6.263)	(5.410)
Depreciação	16	(1.309)	(857)
Despesa de trabalho voluntario	15	(2.297)	(1.540)
Outras receitas		382	468
SUPERÁVIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(14.246)</u>	<u>(10.341)</u>
Receitas financeiras	17	6.666	3.671
Despesas financeiras	17	(656)	(245)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		<u>6.010</u>	<u>3.426</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>4.891</u>	<u>6.430</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		(não auditada)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.891	6.430
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>4.891</u>	<u>6.430</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Superávit Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - não auditado		73.205	73.205
Superávit do exercício	13	6.430	6.430
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - não auditado		<u>79.635</u>	<u>79.635</u>
Superávit do exercício	13	4.891	4.891
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u><u>84.526</u></u>	<u><u>84.526</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ASSOCIAÇÃO ONCAFARI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022 (não auditada)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Superávit do exercício		4.891	6.430
Ajustes para reconciliar o Superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	8	1.308	857
Baixa e venda de ativo imobilizado	8	155	142
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	35	29
Provisão para riscos	12	877	576
Rendimento das aplicações	17	(6.666)	(3.671)
 Variação nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	6	(809)	(205)
Outros créditos	7	190	(203)
 Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores	9	40	62
Obrigações trabalhistas	10	88	72
Impostos e contribuições		13	(100)
Juros pagos	11	(29)	(24)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>93</u>	<u>3.965</u>
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	8	(23.096)	(6.326)
Aplicação financeira		24.330	6.660
Recebimento pela venda do imobilizado	8	<u>82</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>1.316</u>	<u>334</u>
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamentos empréstimos e financiamentos	11	<u>(121)</u>	<u>(139)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(121)</u>	<u>(139)</u>
 <b>REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>1.288</u></u>	<u><u>4.160</u></u>
 Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	6.100	1.940
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.388	6.100
 <b>REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>1.288</u></u>	<u><u>4.160</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Onçafari ( “Entidade” ou “Associação”) com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado em 5 de outubro de 2015, com o objetivo de prover as preservações da flora e fauna silvestres, promover estudos e pesquisas científicas, propiciar lazer e entretenimento por meio de ecoturismo e realizar ações de conscientização e educação ambiental para a importância da preservação ambiental e desenvolvimento econômico social sustentáveis.

#### 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Associação e compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), relativa a entidades sem fins lucrativos.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis materiais a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

##### 2.3. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Entidade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

#### 2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

#### 2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis materiais da Entidade:

Provisão para riscos: A Associação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Quando aplicável, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração da Entidade acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### a) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicação financeira

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os montantes são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras e têm vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

#### b) Contas a receber

Registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais dos títulos representativos desses créditos. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para fazer face ao risco de realização, quando este é aplicável.

#### c) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

## d) Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A determinação da obrigação estimada relativa a processos tributários, cíveis e trabalhistas envolve julgamento profissional por parte da Administração. Até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, não havia demandas judiciais com risco de perda classificada como provável, não sendo necessária a constituição de provisão.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Uma provisão é registrada quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas considerando-se as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

Para os casos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas, quando necessária, a provisão é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Entidade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, de forma independente do desfecho esperado de causas que os questionem. Os valores provisionados estão líquidos dos depósitos judiciais, quando aplicável.

## e) Demais ativos e passivos

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

## f) Apuração do superávit do exercício

É apurado em conformidade com o regime de competência. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

## g) Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da inexistência de direito incondicional de recebê-las, conseqüentemente a data de recebimento efetivo é considerada seu período de competência contábil.

(i) Receitas sem restrições contribuições associativas e doações

A Associação recebe contribuições associativas e doações de pessoas físicas e jurídicas, reconhecidas por regime de competência.

(ii) Receita com projetos

Contribuições e doações vinculadas a projetos reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados. Quando ocorrem repasses aos projetos, são reconhecidos contabilmente nas despesas.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta corrente.

i) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

j) Instrumentos financeiros básicos e outros instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade quando a Entidade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo esses denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexas. Os instrumentos são classificados como: (i) instrumentos financeiros básicos; e (ii) outros instrumentos.

k) Impostos

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, usufruindo, dessa forma, de isenção tributária, que assegura o não pagamento/não recolhimento dos seguintes impostos e contribuições:

- (a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.
- (b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.
- (c) ITCMD para o Estado de São Paulo.
- (d) Programa de Integração Social (PIS).

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Caixa e bancos	388	1.100
Aplicação financeira (i)	<u>7.000</u>	<u>5.000</u>
Total	<u>7.388</u>	<u>6.100</u>

(i) São de resgate imediato, remuneradas a taxas equivalentes a 98% a 101% de certificado de depósito interfinanceiro - CDI em 2023 e 2022 (não auditado) e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Aplicações financeiras	<u>30.560</u>	<u>48.224</u>

São de resgate imediato, remuneradas a taxas equivalentes a 98% a 101% de certificado de depósito interfinanceiro - CDI em 2023 e 2022 (não auditado) e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
IRRF sobre aplicações financeiras	900	102
Outros impostos	<u>15</u>	<u>4</u>
	<u>915</u>	<u>106</u>

## 7. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Contas a receber	9	3
Adiantamento a fornecedores	205	407
Adiantamento de férias	<u>8</u>	<u>2</u>
	<u>222</u>	<u>412</u>

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Imobilizado líquido:			
Terrenos	-	1.304	304
Imóveis	-	32.238	16.250
Veículos	20	2.110	1.734
Móveis e utensílios	10	396	309
Equipamentos de informática	20	248	83
Máquinas e equipamentos	10	1.628	1.601
Construção e benfeitorias	4	6.844	3.942
Barcos	20	417	225
Semoventes	10	2.430	1.744
Adiantamento a fornecedor	-	171	43
<b>Total</b>		<b>47.786</b>	<b>26.235</b>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	31/12/2022 (não auditado)	Adições	Baixas/vendas	31/12/2023
Custo:				
Terrenos	304	1.000	-	1.304
Imóveis (i)	16.250	15.988	-	32.238
Veículos	2.274	992	(267)	2.999
Móveis e utensílios	366	127	-	493
Equipamentos de informática	113	223	-	336
Máquinas e equipamentos	1.778	224	-	2.002
Construção e benfeitorias	4.045	3.100	-	7.145
Barcos	375	334	(55)	654
Semoventes	1.891	980	(70)	2.801
Adiantamento a fornecedor	43	128	-	171
<b>Total do custo</b>	<b>27.439</b>	<b>23.096</b>	<b>(392)</b>	<b>50.143</b>

- (i) Refere-se substancialmente à compra da Fazenda localizada no Mato Grosso que será utilizada para a atividade fim do Onçafari de preservações da flora e fauna silvestres.

	<u>31/12/2022</u> (não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas/vendas</u>	<u>31/12/2023</u>
Depreciação acumulada:				
Veículos	(539)	(470)	121	(888)
Móveis e utensílios	(57)	(41)	-	(98)
Equipamentos de informática	(31)	(58)	-	(89)
Máquinas e equipamentos	(177)	(192)	-	(369)
Construção e benfeitorias	(103)	(197)	-	(300)
Barcos	(150)	(124)	34	(237)
Semoventes	(147)	(226)	-	(373)
Total da depreciação	<u>(1.204)</u>	<u>(1.308)</u>	<u>155</u>	<u>(2.356)</u>
Valor líquido	<u>26.235</u>	<u>21.788</u>	<u>(237)</u>	<u>47.786</u>

	<u>31/12/2021</u> (não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Custo:				
Terrenos	304	-	-	304
Imóveis	16.250	-	-	16.250
Veículos	1.610	734	(70)	2.274
Móveis e utensílios	254	112	-	366
Equipamentos de informática	67	46	-	113
Máquinas e equipamentos	795	983	-	1.778
Construção e benfeitorias	1.172	2.873	-	4.045
Barcos	350	25	-	375
Semoventes	338	1.553	-	1.891
Adiantamento a fornecedores	171	-	(128)	43
Total do custo	<u>21.311</u>	<u>6.326</u>	<u>(198)</u>	<u>27.439</u>

	<u>31/12/2021</u> (não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Depreciação acumulada:				
Imóveis				
Veículos	(240)	(355)	56	(539)
Móveis e utensílios	(27)	(30)	-	(57)
Equipamentos de informática	(14)	(16)	-	(30)
Máquinas e equipamentos	(39)	(138)	-	(177)
Construção e benfeitorias	(7)	(96)	-	(103)
Barcos	(75)	(75)	-	(150)
Semoventes	-	(147)	-	(147)
Total da depreciação	<u>(402)</u>	<u>(857)</u>	<u>56</u>	<u>(1.203)</u>
Valor líquido	<u>20.909</u>	<u>5.468</u>	<u>(142)</u>	<u>26.235</u>

A Entidade possui veículos dados em garantia dos financiamentos.



## 9. FORNECEDORES

Fornecedores Nacionais: Refere-se a compras e serviços tomados para uso nas atividades da ONG, material das fazendas e prestação de serviços. O prazo médio de pagamentos em 2023 é de 127 dias (118 em 2022 - não auditado).

## 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Obrigações com pessoal	11	3
Obrigações previdenciárias	63	41
Provisões de férias	168	110
	<u>242</u>	<u>154</u>

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Vencimento final</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Modalidades:				
Financiamento de veículos	27/08/2024	0,99% a.m.	20	52
Financiamento de veículos	20/09/2024	1,15% a.m.	29	68
Financiamento de veículos	03/12/2024	1,49% a.m.	47	91
			<u>96</u>	<u>211</u>
Circulante			96	115
Não circulante			-	96

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2021 – não auditado	346
Juros apropriados	29
Pagamentos de principal	(139)
Pagamento de juros	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - não auditado	<u>211</u>
Juros apropriados	35
Pagamentos de principal	(121)
Pagamento de juros	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>96</u>

Não há cláusulas de *Covenants* financeiras e não financeiras nos referidos empréstimos.

## 12. PROVISÃO PARA RISCOS

A Entidade, não possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, com probabilidade de perda provável ou possível em 2023, exceto as provisões referentes aos prestadores de serviços.

	<u>Movimentação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	352
Provisão constituída	<u>576</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	928
Provisão constituída	<u>877</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>1.805</u></u>

## 13. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Associação é constituído pelo atual acervo de bens e pelas contribuições dos associados e de terceiros, rendas, donativos, legados, subvenções, doações ou qualquer outro auxílio recebido e pelos bens que o Onçafari vier a possuir.

Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio social da Entidade é de R\$84.526 (R\$79.635 em 2022 - não auditado).

## 14. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (não auditado)
Doações e parcerias recebidas	10.773	11.664
Serviços prestados e vendas de mercadorias	136	205
Devoluções	(1)	(3)
Impostos	(13)	(14)
	<u>10.895</u>	<u>11.852</u>

## 15. RECEITAS COM TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

Foi elaborado pela Administração da Associação Onçafari um estudo de quanto seriam os gastos com as prestações de serviços voluntários:

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Não auditado)
Receitas com trabalho voluntario	<u>2.297</u>	<u>1.540</u>

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de receitas com gratuidades e voluntariados, com contrapartida em despesas com gratuidades e voluntariados.

O valor dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo com a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC nº 1409/12. Foi determinado a partir do valor justo de mercado, caso a Associação tivesse a necessidade de pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

## 16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (não auditado)
Custos com produtos e mercadorias	(65)	(47)
Custo com pessoal	(4.759)	(3.002)
Despesas administrativas	(2.399)	(2.062)
Despesas com veículos	(538)	(441)
Despesas com equipamentos e fazendas	(437)	(643)
Despesas com a equipe	(1.118)	(1.013)
Depreciação	(1.309)	(857)
Provisão serviços pessoa jurídica	(877)	(576)
Despesas com voluntários	(2.297)	(1.540)
Despesas com viagens	(426)	(332)
Outras despesas	(468)	(343)
	<u>(14.693)</u>	<u>(10.856)</u>
Classificadas como:		
Custos com produtos e serviços	(65)	(47)
Despesas gerais e administrativas	(6.263)	(5.410)
Com projeto e pessoal	(4.759)	(3.002)
Depreciação	(1.309)	(857)
Despesa de trabalho voluntário e doação de bens	(2.297)	(1.540)
	<u>(14.693)</u>	<u>(10.856)</u>

## 17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (não auditado)
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	<u>6.666</u>	<u>3.671</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(35)	(29)
IOF – Imposto Operações Financeiras	(8)	-
Outras despesas financeiras	(16)	(6)
Imposto retido sobre aplicação financeira	(597)	(210)
Total	<u>(656)</u>	<u>(245)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>6.010</u>	<u>3.426</u>

## 18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Em atendimento ao item 27 letra “c” da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Não auditado), PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Não auditado)
PIS	0,65%	0,65%
CSLL	9%	9%
IRPJ	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Total	<u>27,65%</u>	<u>27,65%</u>

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS BÁSICOS

### a) Considerações gerais

A Entidade possui instrumentos financeiros classificados como “básicos” representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e contas a receber. Os valores desses instrumentos são reconhecidos nos balanços patrimoniais na data de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam dos valores de mercado.

A Administração da Entidade não identificou a ocorrência de diferenças significativas entre os valores justos dos instrumentos financeiros e aqueles apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (2022 - não auditado).

### b) Gerenciamento de riscos

A Entidade possui política para o gerenciamento de riscos que contempla a revisão periódica da estratégia de cobertura para cada tipo de risco ao qual esteja exposta.

A Entidade não está sujeita a riscos de oscilações nas taxas de câmbio, uma vez que não possui saldos a pagar e/ou a receber em moeda estrangeira. A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 (2022 - não auditado).

## 20. SEGUROS

A Entidade adota uma política de seguros de responsabilidade cível dos administradores que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. A cobertura do seguro engloba substancialmente danos sobre responsabilidade civil em geral, tendo vigência de um ano, com início em 30 de abril de 2024. O valor máximo de garantia é de R\$20 milhões.

## 21. COMPROMISSOS

Os imóveis de terceiros utilizados nas operações da Entidade são alugados sendo o prazo de locação e o valor do aluguel suportado por contrato firmado com prazo de 60 meses. O valor incorrido pela Entidade com aluguéis foi de R\$188 em 31 de dezembro de 2023 (R\$97 em 31 de dezembro de 2022 - não auditado). Os contratos são atualizados monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM.

## 22. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Fundação foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 19 de julho de 2024.

---